



Plano Brasil Soberano abre novo fôlego para setores estratégicos da indústria

Plano Brasil Soberano abre mais de R\$ 15 bilhões para setores estratégicos e cadeias afetadas pelo cenário externo

O governo federal publicou, em 16 de abril, portaria conjunta do MDIC e do Ministério da Fazenda estabelecendo os critérios para acesso aos R\$ 15 bilhões adicionais do Plano Brasil Soberano. A medida foi apresentada como resposta tanto às pressões internacionais sobre cadeias produtivas quanto aos impactos de medidas tarifárias e de tensões geopolíticas recentes, especialmente a guerra no Oriente Médio. Segundo o governo, os recursos poderão atender setores estratégicos e segmentos que enfrentem dificuldades decorrentes desse novo ambiente externo, com o objetivo de preservar capacidade produtiva, empregos e competitividade da indústria nacional.

Para o setor industrial, a relevância da medida está no fato de que os recursos poderão ser usados em capital de giro, aquisição de bens de capital, adaptação de atividades produtivas, ampliação de capacidade, adensamento de cadeias e inovação tecnológica. Entre os setores elegíveis estão produtos químicos e farmacêuticos, borracha e plásticos industriais e fertilizantes, o que torna a iniciativa especialmente importante para a base industrial acompanhada pelo SIQUIRJ. Em termos práticos, trata-se de um instrumento de política industrial voltado a reduzir vulnerabilidades externas e a sustentar investimentos em segmentos considerados estratégicos para o país.

Fonte: MDIC

Abril teve novas medidas de defesa comercial para produtos da cadeia química e plástica

Abril também foi marcado por decisões relevantes no campo da defesa comercial. A Câmara de Comércio Exterior publicou a Resolução Gecex nº 875, de 1º de abril de 2026, aplicando direito antidumping definitivo, por até cinco anos, às importações brasileiras de etanolaminas originárias da China. Em seguida, a Resolução Gecex nº 876, de 13 de abril de 2026, aplicou direito antidumping definitivo, também por até cinco anos, às importações de resinas de polietileno originárias do Canadá e dos Estados Unidos, com alteração dos montantes em razão de

interesse público.

Essas medidas têm peso concreto para a indústria química e petroquímica, porque envolvem diretamente insumos e produtos com presença relevante na cadeia produtiva nacional. Além de sinalizarem atenção do governo ao ambiente concorrencial, reforçam o uso de instrumentos formais para conter práticas consideradas desleais de comércio exterior e para buscar maior equilíbrio competitivo no mercado doméstico. Para empresas do setor, o tema merece acompanhamento próximo, tanto pelos efeitos sobre preços e oferta quanto pelo impacto estratégico sobre a proteção da produção instalada no país.

Fonte: Camex / MDIC

Mercado de carbono avança com participação direta da indústria química na regulamentação

A agenda de regulamentação ambiental avançou em abril com a realização de novo workshop promovido pela Secretaria Extraordinária de Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda, em parceria com o MDIC e com apoio da CNI. O encontro reuniu representantes das indústrias química, cerâmica e do vidro para discutir as regras de Monitoramento, Relato e Verificação de emissões de gases de efeito estufa, etapa considerada central para a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões. O governo apresentou o encontro como parte da construção coletiva do novo mercado regulado de carbono no país.

Para a indústria química, o ponto mais relevante é que a discussão deixa de ser apenas conceitual e passa a tratar de exigências operacionais concretas. Segundo o Ministério da Fazenda, instalações com emissões acima de 10 mil toneladas de CO₂ equivalente por ano estarão sujeitas a obrigações de monitoramento, e aquelas acima de 25 mil toneladas também deverão cumprir metas de redução. Isso coloca em primeiro plano temas como mensuração de emissões, rastreabilidade de dados, governança ambiental e adaptação produtiva. O avanço da regulamentação indica que a agenda climática tende a ganhar peso crescente na gestão industrial e no compliance das empresas

Fonte: Ministério da Fazenda.



SIQUIRJ INFORMA

Nº 284

Abr/2026

Editorial

Em abril de 2026, a indústria voltou a conviver com um cenário que combina oportunidades de fortalecimento produtivo com pressões externas e novas exigências regulatórias. A abertura de mais de R\$ 15 bilhões do Plano Brasil Soberano para setores estratégicos, inclusive segmentos ligados a químicos, farmacêuticos, plásticos e fertilizantes, reforçou a importância da política industrial em um momento ainda marcado pelos efeitos da instabilidade internacional. Ao mesmo tempo, o conflito no Oriente Médio seguiu pressionando custos de energia, logística e matérias-primas, enquanto novas medidas de defesa comercial recolocaram em evidência o debate sobre competitividade, proteção da produção nacional e equilíbrio concorrencial.

O mês também mostrou que competitividade industrial já não pode ser dissociada de sustentabilidade, conformidade e inserção internacional. A regulamentação do mercado de carbono avançou com participação direta da indústria química nas discussões técnicas, o Programa Selo Verde Brasil deu novos passos na certificação de produtos sustentáveis, e o acordo Mercosul-União Europeia voltou ao centro da agenda com projeções de expansão das exportações e maior abertura comercial.

No campo das relações do trabalho, abril confirmou que 2026 tende a ser um ano sensível para as empresas. O avanço do debate sobre redução da jornada e fim da escala 6x1, somado à atuação da CNI no Congresso, demonstrou o peso crescente desse tema para a organização das atividades produtivas. Nesse contexto, o SIQUIRJ manteve sua atuação de atualização técnica ao realizar, em 6 de abril, a primeira reunião de 2026 da Comissão de Recursos Humanos, com debate sobre os impactos das ADOs 73 e 85 nas relações trabalhistas e na incorporação de novas tecnologias. O mês se encerra, assim, com uma sinalização clara: acompanhar o cenário, antecipar riscos e fortalecer a capacidade de adaptação seguem sendo fatores centrais para a indústria.

Debate sobre jornada de trabalho e escala 6x1 ganhou força no Congresso e mobilizou a CNI

Abril foi um mês de forte movimentação institucional em torno das propostas de redução da jornada semanal de trabalho e de mudança da escala 6x1. Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, a CNI defendeu que eventuais alterações nesse campo sejam conduzidas prioritariamente pela negociação coletiva, e não por imposição legal uniforme. A entidade argumentou que a diversidade de realidades econômicas, regionais e setoriais do país exige soluções mais flexíveis, e alertou que uma redução geral da jornada, sem redução salarial, pode elevar preços ao consumidor e afetar produtividade e competitividade.

Na sequência, a CNI ampliou a mobilização política sobre o tema. Em 9 de abril, divulgou manifesto conjunto com 27 federações estaduais da indústria, 98 associações setoriais e 741 sindicatos industriais, totalizando mais de 800 entidades signatárias. Em 14 de abril, informou a entrega de cartas nominais aos 513 deputados federais e aos 81 senadores, pedindo cautela e ampliação do debate no Congresso. Para o setor industrial, a preocupação central é o impacto potencial dessas mudanças sobre o custo do trabalho formal, a organização das operações e a competitividade das empresas.

Fonte: Agência de Notícias da Indústria/CNI

Acordo Mercosul-União Europeia volta ao centro da agenda e projeta ganhos para as exportações industriais

O acordo Mercosul-União Europeia voltou ao centro da agenda econômica em abril, após declarações do vice-presidente Geraldo Alckmin sobre o potencial de crescimento das exportações brasileiras com a plena implementação do tratado. Segundo reportagem da Reuters publicada em 23 de abril, o governo brasileiro projeta aumento de 13% nas exportações totais até 2038 e crescimento de 26% nas exportações industriais no mesmo horizonte. A expectativa está associada à redução gradual de tarifas e à ampliação do acesso a mercados, em um processo que, segundo a mesma reportagem, deve se estender por até 12 anos.

Embora os primeiros setores citados como beneficiários imediatos não estejam concentrados na base química, o tema interessa diretamente à indústria e o setor químico em particular. A abertura comercial tende a ampliar oportunidades de exportação, integração em cadeias globais e acesso a novos mercados, mas também impõe maior pressão competitiva sobre a produção instalada no país. Por isso, o avanço do acordo não deve ser visto apenas como oportunidade comercial, mas também como fator que exige preparação estratégica, ganhos de eficiência e acompanhamento regulatório constante.

Fonte: Reuters

Programa Selo Verde Brasil avança com nova consulta nacional sobre critérios de sustentabilidade

A agenda de certificação sustentável também registrou avanço em

abril. O MDIC informou, em 9 de abril, a abertura de consulta nacional da ABNT sobre o projeto de norma que estabelece critérios de sustentabilidade para vidros planos no âmbito do Programa Selo Verde Brasil. Segundo o ministério, trata-se da segunda consulta nacional do programa, após a etapa anterior relacionada ao polímero de eteno de fonte renovável. O objetivo é consolidar uma base normativa que permita certificar produtos sustentáveis com critérios técnicos mais claros e comparáveis.

Embora a pauta específica de abril esteja voltada ao setor de vidros, seu significado é mais amplo para a indústria. O avanço do Selo Verde Brasil mostra que a agenda ESG industrial está sendo transformada em parâmetros técnicos, verificáveis e passíveis de aplicação prática. Isso tende a repercutir também sobre materiais, embalagens, insumos e cadeias de transformação ligadas ao setor químico. Para o ambiente industrial, a notícia é relevante porque reforça a tendência de maior padronização, maior exigência de comprovação e maior integração entre sustentabilidade, inovação e acesso a mercados.

Fonte: MDIC

Abiquim afirma que conflito no Oriente Médio pressiona mercados, mas sem risco de desabastecimento generalizado no Brasil

No início de abril, a Abiquim divulgou avaliação segundo a qual o conflito no Oriente Médio seguia gerando volatilidade e incerteza nos mercados globais, mas sem indicar risco real de desabastecimento no Brasil no curto prazo. A entidade afirmou que análises alarmistas recentes não encontravam respaldo nos dados do setor e destacou que a indústria química opera majoritariamente com contratos de médio prazo e cláusulas de demanda firme, o que reduz a transmissão imediata de oscilações pontuais e contribui para a previsibilidade do suprimento.

A Abiquim ressaltou ainda que a indústria química brasileira possui capacidade ociosa suficiente para responder a eventuais quedas de importação e lembrou que a dependência nacional da região em conflito é limitada em segmentos relevantes, como o de resinas termoplásticas. Ao mesmo tempo, a entidade reconheceu que há pressão de custos decorrente da alta do petróleo e da instabilidade internacional, o que mantém o tema no radar das empresas. Em síntese, a avaliação do setor afasta a ideia de ruptura generalizada no abastecimento, mas confirma a continuidade de um ambiente externo adverso, com efeitos sobre preços, planejamento e previsibilidade operacional.

Fonte: Abiquim

IA e Relações de Trabalho: Impactos Jurídicos em Debate na Comissão de RH do SIQUIRJ

O SIQUIRJ realizou no dia 6 de abril, mais uma reunião da Comissão de Recursos Humanos, a primeira de 2026, reforçando a atuação contínua das Comissões Temáticas como espaço estratégico de atualização e debate sobre temas sensíveis às relações de trabalho.

Na ocasião, contamos com a apresentação do Dr. Marco Antonio Lima, sócio do escritório Lima & Londero

Advogados, que trouxe uma análise direta e atual sobre os impactos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão (ADOs), com destaque para a ADO 73 e a ADO 85, no contexto das relações trabalhistas e da incorporação de novas tecnologias.

A exposição abordou, de forma objetiva, os riscos jurídicos associados à adoção de ferramentas de inteligência artificial e automação no ambiente de trabalho, especialmente diante da ausência de regulamentação específica consolidada. Foi enfatizado que, mesmo sem legislação detalhada, já há uma tendência de responsabilização do empregador quanto à transparência, aos critérios de utilização dessas tecnologias e aos possíveis impactos sobre os trabalhadores.

Outro ponto relevante foi a discussão sobre a necessidade de adaptação das empresas em relação à gestão de pessoas, com especial atenção à documentação de processos, critérios de tomada de decisão automatizada e prevenção de passivos trabalhistas. O Dr. Marco Antonio Lima também destacou movimentos iniciais no âmbito de negociações coletivas que começam a incorporar cláusulas relacionadas ao uso de IA, indicando uma tendência de avanço desse tema no curto prazo.

A reunião reforçou a importância de acompanhamento próximo dessas transformações, sobretudo para empresas do setor industrial, que tendem a intensificar o uso de automação em suas operações..

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
E-mail: siquirj@siquirj.com.br
Home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2024/2028

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Anderson Azevedo Lopes Assumpção (Secretário)
Alexandre Fagundes de Mattos (Tesoureiro)

Suplentes

Maurício Nogueira Moreira
Sérgio Saccomandi de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Jorge Luiz Cruz Monteiro
Carolina Simões Tavares

Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia
Wagner Ferreira Borges
Nicolau Pires Lages

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Isaac Plachta

Suplentes

Carlos Roberto da Silva
Roberto Pinho Dias Garcia